

**Resenha do Artigo Científico:**  
**“O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016)”**

PAIVA, Flavia Melville; BRITO, Silvia Helena Andrade de. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 2, p. 493-512, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000200009>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Rafael dos Santos<sup>1</sup>

Lucídio Bianchetti<sup>2</sup>

No artigo científico “O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016)”, as autoras Paiva e Brito (2019), alertam sobre o cenário da pós-graduação em Educação, diante dos marcos institucionais dos órgãos estatais, com foco para internacionalização. Trata-se da preocupação da comunidade científica em relação ao incentivo que o Estado vem dando para outras áreas do conhecimento, que, inclusive, pode-se dizer como um tratamento prioritário, em detrimento à área da Educação. Com isso, há um ambiente desfavorável para a implementação de uma política de desenvolvimento científico orgânica, que realmente atenda a demanda para a internacionalização da pós-graduação em Educação. Entretanto, percebe-se, de acordo com as autoras, é o foco do Estado em atender o lobby do monopolista do capital, que está muito mais voltado para o setor produtivo, sobretudo, da tecnologia.

As autoras Paiva e Brito (2019), sinalizam que na contramão da atuação do Estado em desfavor da internacionalização da Educação há um evidente crescimento nos últimos anos pela internacionalização na pós-graduação no Brasil, ao passo que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) institui que para o programa pós-graduação ser considerado de excelência, deve demonstrar elevado grau de internacionalização, acendendo uma disputa selvagem pela busca

---

<sup>1</sup> Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela Must University. E-mail: rafasantos.fms@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lucidiob@gmail.com

da melhor nota na avaliação CAPES, onde há uma forte tendência de atender os interesses do capital. Dessa forma, discute-se o entendimento do Estado sobre a internacionalização da pós-graduação. Assim, é objetivo do artigo “indicar em que termos ocorreu a internacionalização da pós-graduação no Brasil, entre os anos de 2010 e 2016, enfocando principalmente a avaliação CAPES como uma política de indução no sentido da internacionalização da pós-graduação em educação no Brasil” (Paiva; Brito, 2019, p. 2).

Em que pese todo o contexto direcionado para o desenvolvimento e manutenção monopolista do capital na atuação do Estado, é imprescindível a discussão sobre a área da Educação como um bem público, e não como uma prestação de serviço, em que a finalidade da política estatal materializa-se na educação como bem público, voltada diretamente à produção conjunta de conhecimento, de forma criteriosa à luz da ciência, conforme destacam as autoras.

No artigo, Paiva e Brito (2019) analisam dois documentos que tornam-se alicerces no entendimento da internacionalização da pós-graduação, inclusive, para clarificar a situação da área da Educação para a internacionalização. O Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), do Ministério de Educação, visa o desenvolvimento do sistema nacional de pós-graduação, diminuindo as diferenças regionais. Esse documento tem um espaço exclusivo para as ações em favor da internacionalização, citando 23 áreas de conhecimento consideradas importantes para o setor produtivo, e, com isso, os potenciais impactos que podem causar no sistema econômico. Curiosamente, esse documento do Ministério de Educação não cita a “Educação” nessas 23 áreas, ou seja, a Educação não é vista, de acordo com as autoras Paiva e Brito (2019), com potencialidade de colocar o Brasil em destaque no mercado econômico mundial. E como consequência, a internacionalização na pós-graduação em Educação não é interessante para o governo. Destaca-se ainda no documento, a chamada “Tríplice Hélice”, formada por universidade, Estado e empresas, que ilustra o roteiro de atendimento aos interesses do mercado, onde o Estado utiliza a universidade como ferramenta a serviço das empresas.

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2012-2015 e 2016-2019), do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, cita as áreas

prioritárias para definição dos investimentos da ciência no Brasil, com a internacionalização em três eixos: “Competitividade ou Cooperação; Educação, Pesquisa e Pós-Graduação; e Mercado Internacional” (Paiva; Brito, 2019, p. 7). Acentua-se, assim, o desenvolvimento tecnológico de modo explícito para sobressair em relação à produção científica voltada para o desenvolvimento do capital intelectual. Através das análises das autoras, destaca-se também, nos dois documentos, um panorama de realidade atual em que as modalidades de internacionalização que são mais incentivadas são: Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação, Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior e o Programa Ciência sem Fronteiras.

A institucionalização dos interesses do monopólio do capital, para ter maior influência, e como consequência maior visibilidade, nas avaliações CAPES, é justamente por estar mais atrelada aos marcos institucionais, que priorizam um produto como resultado de um investimento da ciência. Ou seja, as autoras Paiva e Brito (2019), enfatizam que todos esses aportes de concentrações de forças são para as áreas demarcadas, em que a Educação é tratada de forma secundária. Vale ressaltar que, diante desse contexto, há uma aparente rede, que gera ramificações de influências, permeando a legitimação nos documentos oficiais e que culminam nos resultados que são produzidos pela avaliação CAPES, que refletem na internacionalização da pós-graduação no Brasil. Ora, sabe-se que os interesses do capital estão cada vez mais dentro da universidade, sobretudo, a universidade pública. Tais elementos, ofuscam a relevância da internacionalização da pós-graduação em Educação, onde o resultado intelectual produzido não é interessante para o Estado e muito menos para o mercado.

Dessa forma, o artigo permitiu fazer as reflexões no sentido de reunir os subsídios para o enfrentamento do tema, e para direcionar um debate em qual caminho a internacionalização da pós-graduação em Educação poderá trilhar, como por exemplo, se seguirá a continuidade da atual realidade, assistindo de forma passiva tudo o que vem ocorrendo nos últimos anos, ou, por outro lado, se haverá um horizonte de mudanças, na perspectiva de potencializar as políticas estatais para que a internacionalização da pós-graduação em Educação passe a ser tratada no Brasil com a relevância que merece.

Portanto, conclui-se que o processo de internacionalização da pós-graduação em Educação evidencia as desigualdades do olhar estatal para o desenvolvimento políticas públicas, onde a busca pela equidade no desenvolvimento das áreas está distante do ideal. Além disso, os efeitos da avaliação CAPES deveriam estar associados para um padrão de excelência, com isonomia, em que o programa de pós-graduação repense as estratégias de aperfeiçoamento da universidade pública. Por fim, Paiva e Brito (2019) apontam as contradições da avaliação CAPES, que ao trazerem um recorte voltado para a área da Educação, nota-se a superficialidade em que os Ministérios de Educação e de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações abordam em seus documentos, sem a devida preocupação com as consequências na avaliação CAPES.